

1 **REGISTRO DA 244ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA ENEL**  
 2 **DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO - CONSELPA**

3  
 4 Aos 17 de Junho de 2021, às 10h00, realizou-se a 244ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores de Energia  
 5 Elétrica da Enel Distribuição São Paulo e com a Diretoria da ENEL SP.

6 A reunião foi realizada on line através do Microsoft Teams em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia  
 7 de Coronavírus (COVID-19).

8  
 9 **1 PARTICIPAÇÃO**

10 **1.1 Representantes do CONSELPA**

11 A reunião teve a participação dos seguintes representantes:

- 12 1. Sra. Dalva Christofolletti Paes da Silva (APM | Classe Poder Público - Titular e Presidente do Conselho)
- 13 2. Sr. Gilmar Ogawa (FAESP SENAR | Classe Rural – Titular e Vice-presidente do Conselho)
- 14 3. Sr. Jorge Jamal Ayad Badra (FECOMERCIO SP | Classe Comercial - Titular)
- 15 4. Sr. Renato Daniel Tichauer (ASSOSÍNDICOS | Classe Residencial – Titular)
- 16 5. Sr. Elizeu Lima (FIESP | Classe Industrial – Titular)
- 17 6. Sra. Marilene Mariottoni (APM | Classe Poder Público - Suplente)
- 18 7. Sra. Cristiane Lima Cortez (FECOMERCIO SP | Classe Comercial - Suplente)

19  
 20 **1.2 Convidados**

21 A reunião teve a participação dos seguintes convidados:

- 22 1. Sra. Andrea Violante (ENEL SP | Ouvidoria)
- 23 2. Sr. Marcos Augusto Mesquita Coelho (ENEL SP | Relações Institucionais)

24  
 25  
 26 **2 DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO**

27 A reunião teve início às 10h00 com a presença de representantes das classes Rural, Residencial, Industrial e  
 28 Comercial e representantes da Ouvidora da ENEL SP.

29  
 30 Sra. Dalva Christofolletti Presidente do Conselipa faz a abertura da reunião solicitando a Sra. Andréa Violante que  
 31 efetue a leitura da ata da reunião anterior registrada sob a ordem 243ª de 13 de maio de 2021 para eventuais  
 32 correções, adições e conclusão dos itens em aberto, tendo sido aprovada pelos membros do CONSELPA presentes.

33  
 34 Em seguida foi dada a palavra ao Vice-presidente do Conselipa Sr. Gilmar Ogawa sobre a Consulta Pública 006/21 –  
 35 Revisão das Condições Gerais para a Criação, a Organização e o Funcionamento dos Conselhos de Consumidores  
 36 de Energia Elétrica. O Sr. Gilmar Ogawa informou que a consulta pública visa principalmente a revisão de diretrizes.  
 37 Lembrando que o documento deve ser enviado até 26/07/2021 e passou a informar sobre os itens do documento  
 38 que foram apresentados na reunião de 10/06/2021.

39  
 40 Durante a leitura e comentários fornecidos pelo Coronel, a Presidente Sra. Dalva pede que fique registrado o  
 41 excelente atendimento que costumeiramente é recebido pelo Conselho através do Presidente da ENEL SP Sr. Max  
 42 Xavier Lins.

43  
 44 Sr. Marcos Mesquita informa que neste momento da reunião, o Presidente da ENEL SP, Sr. Max Xavier Lins está  
 45 comandando a Reunião de Auditoria do Prêmio ABRADÉE e daí a justificativa de sua ausência. Em sequência, o Sr.  
 46 Gilmar Ogawa informa sobre o item Funcionamento do Conselho, onde a proposta apresentada é que o Presidente  
 47 e o Vice-Presidente permaneçam no período de até 2 anos. A Presidente do CONSELPA Sra. Dalva cita a importância  
 48 deste item e o espírito democrático desta proposta. Sr. Gilmar Ogawa segue com a apresentação e a Sra. Dalva  
 49 agradece e informa que todos os pontos elencados já foram apresentados e discutidos em reuniões anteriores.

50 Passando para o próximo item da pauta, o Sr. Gilmar Ogawa passa a apresentar o material sobre o Alerta de  
51 Emergência Hídrica. Informa que a nota conjunta ANA/CEMADEN foi emitida em 27/05/2021, há o alerta sobre  
52 problemas climáticos que trará impactos para várias áreas e onde os estudos alertam que na Região Central a  
53 previsão climática dos órgãos INPE, INMET e FUNCEME no período de Junho a Agosto de 2021, é que haverá menor  
54 volume de chuvas na maior parte da Bacia do Rio Paraná. Sr. Gilmar Ogawa informa sobre as principais  
55 consequências da falta de chuvas como a Segurança Hídrica, Racionamento de Água, Abastecimento da População,  
56 Produção Industrial e Custo maior para as atividades do comércio, além de diversos usos múltiplos: Irrigação,  
57 Aquicultura, Navegação, Turismo e Lazer. Em sequência Sra. Dalva sugere pelo horário e em respeito a pauta desta  
58 reunião, que seja marcada novo encontro para continuidade deste assunto e outros assuntos que poderão ser  
59 acrescidos e abordados. Os demais conselheiros concordam em uma nova reunião e sugerem que a próxima  
60 reunião já fique pautada para a próxima semana.

61  
62 Em sequência, foi passada a palavra para o Sr. Marcos Mesquita e foi informado para todos os presentes que está  
63 sendo discutido na Camara dos Deputados um projeto importante para o Setor Elétrico. Trata-se do Projeto de  
64 Regulamentação da Geração Distribuída. Há uma divulgação com uma contraposição das distribuidoras em relação  
65 ao mercado de Geração Distribuída e isso não reflete a realidade. Desde 2012 há uma política no Brasil de incentivo  
66 a Geração Distribuída. A forma como este incentivo foi implementado foi via subsídio e um subsídio a ser observado  
67 com atenção, pois foi identificado uma transferência de custos dos “prosumidores” (termo que vem sendo utilizado  
68 atualmente para aos consumidores que geram e consomem energia). O sistema indica que parte substancial deste  
69 subsídio acaba recaindo sobre os demais consumidores que permanecem 100% ligados a distribuidora. O produtor  
70 gerador tem recursos para fazer um investimento e ter uma fonte de captação de energia solar, mas acaba não  
71 pagando os custos da distribuição e estes, como são custos fixos passam a onerar a conta de todos os demais  
72 consumidores que não tem geração distribuída.

73  
74 Fato que esse item já deveria ter sido revisto em 2019 e foi postergado para este momento e percebe-se que o  
75 relatório final do Deputado Lafayette Andrada preserva os benefícios dos subsídios para todos que já estão na  
76 Geração Distribuída como também gera para aqueles que virão a ter a Geração Distribuída por um longo período.  
77 Como o CONSELPA sendo representante dos Consumidores, deve ter por parte da Concessionária informações mais  
78 detalhadas sobre o tema e ter um posicionamento que reflita o consenso entre todas as classes. A proposta é que  
79 seja estimulado dentro do CONSELPA e dos demais conselhos para um posicionamento a respeito do assunto. Foi  
80 destacado pelo Sr. Marcos Mesquita que a Distribuidora não perde pois haverá uma tarifa adequada aos seus custos  
81 e cobrará de todos os consumidores, mas o consumidor que não tiver recursos para ingressar neste novo mercado,  
82 certamente será prejudicado com o aumento de custos. Em um futuro próximo, haverá uma tendência alta nas  
83 contas de consumo, não só pelos custos da Pandemia que serão transferidos para aumentos futuros como também  
84 a própria avaliação do Sr Gilmar sobre a crise Hídrica e tende a se agravar e o custo médio de geração tende a  
85 aumentar.

86  
87 Esta descrição realizada pelo Sr. Marcos Mesquita informa que gostaria que o Conselpa pudesse entender melhor  
88 e de forma mais detalhada e ter um posicionamento do Conselpa em relação a este projeto. Ele ainda está na  
89 Câmara dos Deputados e passará ao Senado e o Conselpa terá tempo para construção de seu posicionamento.

90  
91 Sra. Dalva questiona o conselheiro Renato que representa o CONSELPA e o CONACEN um posicionamento sobre  
92 este projeto. Sr. Renato Tichauer informa que não há um posicionamento sobre este projeto de lei da Geração  
93 Distribuída, mas irá apurar a respeito. Em sequência o Sr. O Sr. Jorge Badra informa que na Confederação Nacional  
94 do Comércio, o Presidente de São Paulo na CNA tem também na CNI. Nestas há uma assessoria técnica, jurídica e  
95 política. Para que o Conselho tenha uma ação mais efetiva, o Sr. Jorge Badra pede o envio deste Projeto de Lei para  
96 discussão no Conselho e nas demais entidades. Sra. Dalva pede o envio do Projeto de Lei para que todos os demais  
97 conselheiros possam se unir e cobrar um posicionamento e ações dos responsáveis.

98

99 Sr. Elizeu informa que novas tecnologias devem receber subsídios, sendo que a Energia Solar já recebe subsídios e  
100 que o Conselpa e as demais entidades devem se posicionar a respeito do tema, mantendo o foco no consumidor.  
101

102 Sr. Gilmar destaca que quando este Projeto de Lei surgiu foi construída uma contribuição para tratar do Código  
103 Brasileiro de Energia Elétrica. Este Projeto de Lei continha mais de 400 itens e o CONSELPA construiu um documento  
104 com o posicionamento sobre o assunto. Ressalta da oportunidade que outras fontes de energia representam uma  
105 oportunidade para o produtor rural.  
106

107 Sra. Cristiane informa que participou de uma reunião na ABSolar e também de reunião do Conselho de  
108 Sustentabilidade na FECOMÉRCIO SP sobre o tema e foi questionada na ocasião se há algum estudo que mostre o  
109 quanto realmente é o impacto da manutenção deste subsídio na fatura de energia. Questiona se a ENEL possui tal  
110 estudo. Outro ponto é sobre a Tarifa Binômica que se já aplicada, poderia abarcar os pontos mais sensíveis sobre o  
111 tema dos subsídios.  
112

113 O Sr. Renato Tichauer sugere que seja feito um resumo das contribuições e dos pontos mais importantes e que seja  
114 resgatado o que já foi feito pelo Vice-presidente Sr. Gilmar Ogawa. Sra. Dalva pede que o material seja resgatado o  
115 material anterior e revisto sob o novo cenário apresentado.  
116

117 Sra. Dalva agradece ao Sr. Gilmar sobre a parceria e encerra a reunião agradecendo a presença de todos.  
118

119 Cumprindo-se a pauta prevista e não havendo mais manifestações dos presentes, eu como Secretária Executiva do  
120 CONSELPA e por determinação da Presidente, lavrei a presente Ata.  
121

122 São Paulo, 17 de Junho de 2021.  
123

124 **Dalva Christofolletti Paes da Silva**  
125 Presidente do CONSELPA  
126

**Glauce Rodrigues Bezerra**  
Secretária Executiva do CONSELPA